

## **Desafios para o Jornalismo Ambiental no Brasil: o exemplo da série de reportagens Viúvas do Veneno**

Camila Aguiar de Oliveira Lopes 1

Daniel Dantas Lemos 2

**Resumo:** O desenvolvimento urbano desordenado culminou em problemas sociais e ambientais sérios, gerados em grande parte pela má gestão dos recursos naturais e pela degradação ambiental causada nos processos de consumo e produção de mercadorias do modelo capitalista. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel e os desafios do jornalismo neste contexto, como agente debatedor dos problemas ambientais e do jornalista como militante da preservação ambiental. Além disso, apresentamos o exemplo da série de reportagens Viúvas do Veneno, sobre os prejuízos dos agrotóxicos para a saúde humana, como representante de um jornalismo ambiental de qualidade e comprometido com a defesa da natureza e da qualidade de vida.

**Palavras-Chave:** Jornalismo. Meio Ambiente. Agrotóxicos. Desenvolvimento Urbano. Reportagem.

### **1. Introdução**

A degradação ambiental tornou-se uma preocupação de todos, pois diz respeito à qualidade de vida das populações. Se aquilo que observamos nos últimos anos é uma crescente preocupação com as questões ambientais no mundo, essa mesma intensidade não se verifica na qualidade do material jornalístico produzido pelos grandes veículos de comunicação nas mais diversas mídias e suportes tecnológicos, que passaram a lançar mão da cobertura ambiental diante da demanda de debate sobre o tema.

Foi a partir de meados dos anos 1970 que, em todo o mundo, começamos a dar atenção às questões ambientais e às consequências dos problemas que as envolvem. O principal desafio enfrentado é o de saber lidar com os efeitos que causam, principalmente, a exploração humana dos recursos naturais e a convivência e cuidado com os espaços sociais, tanto públicos quanto privados. Esses problemas surgiram,

---

1 Estudante do 5º semestre de graduação em Jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [aguiar.cah@gmail.com](mailto:aguiar.cah@gmail.com)

2 Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFRN), mestre e doutor em Estudos da Linguagem (UFRN). Professor do Magistério Superior na Universidade Federal do Ceará (UFC). Orientador. E-mail: [danieldantas79@ufc.br](mailto:danieldantas79@ufc.br).

fundamentalmente, devido ao crescimento demográfico, aos processos de urbanização e os modos de extração de recursos naturais e produção adotados pela sociedade industrial que nasceu no ocidente a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial.

O grande problema ambiental pode ser resumido - embora não se simplifique - na degradação causada pelo mau planejamento urbano das cidades, que crescem desordenadamente, e pelas formas inadequadas de exploração dos recursos naturais para a manutenção dessas metrópoles. Aí se incluía, destacadamente, as práticas de consumo adotadas na sociedade atualmente.

O modo de vida atual, sustentado pela produção em série, pela economia de custos e otimização de tempo, pelas formas poluentes de geração de energia e, sobretudo, pelo modelo de consumo desenfreado, são os aspectos fundamentais que nos trouxeram à situação atual. A realidade que temos é a de espaços urbanos inchados e poluídos, áreas verdes desmatadas e desperdício. Todos esses problemas começam a aparecer nos debates públicos, tornando-se assunto universal.

No caso brasileiro, observou-se, a partir dos anos 1970, uma explosão demográfica que inchou as cidades do país, como mostra Belmonte (2004, p.15), que faz um apanhado geral do surgimento e desenvolvimento dos problemas consequentes da urbanização no Brasil e do tratamento que o assunto recebe na cobertura jornalística.

De acordo com dados citados por Belmonte, a população das cidades brasileiras passou de 52,1 milhões em 1970 para 137, 7 milhões em 2000. Em termos comparativos, os números mostram uma inversão no volume populacional das áreas rurais e urbanas, uma vez que, nos trinta anos observados, passamos a ter mais pessoas morando nas cidades do que no campo. Em 1970, apenas 56% dos brasileiros estavam nas cidades. Com a progressão do processo de urbanização, que aconteceu de modo desordenado no Brasil, esse número passou a ser de 81,2%. O Censo do IBGE revela que em 2010 já éramos 84% de brasileiros vivendo em cidades. A previsão é que o número chegue a quase 90% em 2050.

Belmonte lembra que

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

o resultado dessa concentração humana descontrolada são engarrafamentos sufocantes, um coquetel de poluentes pairando no ar, rios contaminados, comunidades inteiras sem local adequado para o destino final do lixo, a violência, o estresse e a baixa qualidade de vida (BELMONTE, 2004, p.15)

Essas consequências são produzidas pela falta de planejamento urbano, uma vez que quase todas as cidades brasileiras cresceram de forma independente e descuidada, não havendo ordenamento de espaços nem organização satisfatória de gestão desses espaços e dos recursos.

Neste cenário, o jornalismo corre em via de mão dupla: começa a se preocupar com a degradação ambiental por causa da demanda e da mobilização da própria sociedade, ao mesmo tempo em que pauta esta mesma sociedade sobre os temas ambientais, tendo em vista a importância e relevância do assunto para a sustentação de um modo de vida minimamente confortável para os indivíduos. E assim os jornalistas passam a participar e a se tornarem atores fundamentais do debate ambiental, “seja para falar dos problemas que diminuem a qualidade de vida nas zonas urbanas, seja para mostrar as alternativas ecológicas que já existem e têm capacidade de mudar o modo como as pessoas compreendem e se relacionam com o ambiente em que vivem” (BELMONTE, 2004, p. 26).

O problema é que o exercício do jornalismo ambiental torna-se cada vez mais dessemelhante do jornalismo tradicional. São muitos os desafios. Para fazer um jornalismo ambiental de qualidade, o jornalista deve ter um posicionamento diferenciado e, mais ainda, uma preparação adequada para saber lidar com as questões que abrangem a sustentabilidade.

O cenário é complexo. Para qualquer jornalista descrevê-lo, não basta uma boa reportagem sobre resíduos sólidos, tratamento de esgoto ou doenças respiratórias. O repórter deve ser capaz de juntar as pontas para mostrar o nexo entre assuntos tradicionalmente desconectados na colcha de retalhos do noticiário cotidiano. Uma teia de significados precisa ser alinhavada para possibilitar uma compreensão pública do fenômeno urbano”. (BELMONTE, 2004, p. 15).

A principal postura a ser adotada, para se fazer um jornalismo ambiental de qualidade, é a de uma visão holística, disposta a compreender todas as causas, consequências e relações existentes num fato ou em determinada circunstância. E para

isso o jornalista deve se esforçar para ler bastante, estudar os acontecimentos e conseguir estabelecer essas conexões, que, no entendimento de diversos autores e pesquisadores da área, é a principal característica a ser observada num trabalho de qualidade.

Neste trabalho, vamos exemplificar uma produção em jornalismo ambiental com a série *Viúvas do Veneno*, publicada em abril de 2013 pelo jornal impresso Diário do Nordeste, do Ceará. Em resumo, a série trata sobre as consequências para a saúde do uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, inclusive por meio de histórias de personagens que morreram por doenças causadas pelo contato com essas substâncias. As questões a serem refletidas acerca do jornalismo ambiental dizem respeito, principalmente, ao preparo do profissional que vai escrever sobre o tema, à sua capacidade em corresponder aos pré-requisitos que fazem um bom jornalista ambiental, bem como aos discursos inseridos nas reportagens e ao financiamento da informação ambiental.

## **2. Nasce o jornalismo ambiental**

No Brasil, o pioneirismo gaúcho é o que chama a atenção quando se trata de fazer jornalismo ambiental. Como dito anteriormente, a história da preocupação sobre a degradação ambiental e as mudanças climáticas remonta aos anos 1970. Foi nesta época também que nasceu, no Rio Grande do Sul, uma mobilização por parte da sociedade e dos jornalistas gaúchos a respeito da questão.

Belmonte (2004) cita dois acontecimentos importantes ocorridos no sul do país, que fazem parte da história de aproximação do estado do Rio Grande do Sul com a defesa do meio ambiente. Em 1973, o fechamento da fábrica de celulose Borregard, em Guaíba (RS), estampou as páginas de jornais do país. A população estava incomodada com o mau cheiro exalado pela indústria desativada e se organizou em torno do que ficou conhecido por “movimento ecológico gaúcho”, influenciado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger.

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

Dois anos depois, em 25 de fevereiro de 1975, aconteceu o primeiro “protesto ecológico” no Brasil, também no Rio Grande do Sul. Um estudante mineiro de agronomia protagonizou, em Porto Alegre, a defesa de uma árvore contra o avanço urbano. Carlos Dayrell subiu em uma árvore que seria derrubada para a construção de um viaduto no centro da cidade. Por causa de seu protesto, o viaduto foi desviado e a árvore está no local até hoje.

O envolvimento da sociedade e dos profissionais de comunicação com as questões ambientais e os problemas urbanos possibilitou ainda, em 1990, a fundação do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), pioneiro no país. O grupo tem como principal espaço de atuação a **Ecoagência** Solidária de Notícias Ambientais, uma agência sem fins lucrativos, criada em 2003, inicialmente para a cobertura das pautas ambientais do Fórum Social Mundial.

Para Belmonte, “há episódios exemplares de jornalismo ambiental na grande imprensa brasileira, desde os anos setenta, mas sempre isolados ou sem continuidade” (2004, p. 26). O seu lamento diz respeito às inúmeras publicações na área que surgiram e desapareceram no Brasil, assim como à escassez de produtos de qualidade na imprensa e nos veículos de comunicação tradicionais, presos na cobertura pontual e superficial dos fatos.

Há o exemplo da revista *Realidade*, que em 1972 lançou uma edição especial de 288 páginas, com a manchete de capa *Nossas cidades*. Segundo Belmonte, esta “foi a mais completa investigação jornalística já publicada pela imprensa brasileira sobre a urbanização do país e do mundo” (BELMONTE, 2004, p. 16). A edição especial surge exatamente nos anos 1970, quando o Brasil viu as populações urbanas crescerem de modo excessivo e desordenado, dando início aos problemas urbanos que enfrentamos hoje.

A apuração das informações para a edição especial da *Realidade* durou seis meses. A publicação é uma das mais citadas por diversos autores entre aquelas que já se debruçaram sobre os problemas urbanos e as questões ambientais no Brasil.

### **3. Um jornalismo diferente**

Dornelles (2008) afirma estar convencida



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

---

de que precisamos adotar um novo estilo de jornalismo, especialmente para o acompanhamento das questões ambientais no âmbito da sociedade. Primeiro, porque precisamos pensar não só em manter a população informada sobre os acontecimentos, especialmente sobre a ação dos homens na natureza e seus efeitos, mas porque também precisamos educá-la para que, vivendo em democracia, possa se organizar e se mobilizar para exigir ações que levem em consideração o futuro de nossos filhos e netos e de toda nossa geração” (DORNELLES, 2008, p. 43).

É assim que pensam diversos autores que falam sobre as características do jornalismo ambiental. Para a maioria deles, o jornalista de meio ambiente deve, paradoxalmente ao ideal de neutralidade, adotar um posicionamento durante o seu trabalho. As questões sobre a degradação ambiental e as mudanças climáticas, por serem de tamanha relevância social, exigem um alerta para os cuidados a serem tomados e as mudanças de posturas necessárias. Desta forma, o jornalista de meio ambiente deve abandonar os conceitos de neutralidade, imparcialidade e objetividade, tendo em vista que a informação ambiental é um tipo de informação que deve mobilizar a ação dos indivíduos diante dos problemas expostos. Pode-se dizer que todo jornalista de meio ambiente deve ser um militante ambiental, que defenda a preservação da natureza e a transformação nos modos de produção e de consumo adotados atualmente, para que se possa pelo menos minimizar nos próximos anos os danos causados ao meio ambiente nestas ações. O jornalismo ambiental deve

ir além da missão de noticiar para uma missão mais ampla, a de ajudar a melhorar a vida pública; deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”, conceber o público como ator na vida democrática, e não como consumidor, tornando prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos (TRAQUINA, 2003, p. 13 apud DORNELLES, 2008, p. 51).

Portanto, o jornalismo ambiental deve ter como objetivo incitar a participação social a partir das informações disponíveis nos veículos de comunicação; a intenção é provocar transformações nas ações cotidianas dos cidadãos, a partir da consciência de que também são responsáveis pelos impactos causados pela sua existência no mundo e

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

pelo modo como sobrevivem nele, e não apenas as grandes indústrias ou grandes agentes poluidores e destruidores.

A dinâmica de produção jornalística e as condições e estruturas de trabalho são fatores importantes na construção de um novo jornalismo ambiental, já que o ritmo acelerado de produção das notícias atrapalha no alcance do modo ideal de elaboração das pautas ambientais, que exigem mais tempo e envolvimento do jornalista.

Dessa forma, aqueles que se dispõem a praticar o jornalismo ambiental acabam cometendo erros típicos do jornalismo tradicional, fraturando gravemente o que deveria ser a base de sustentação da informação ambiental: apuração aprofundada e mergulho no contexto. Bueno (2007 apud DORNELLES, 2008, p. 44) lembra que o principal erro cometido por profissionais mal preparados está em não conseguir reconhecer as conexões intrincadas entre os diversos campos sociais que interferem nas questões ambientais, como, por exemplo, a economia, a cultura e a política. Isto se dá por questões mesmo da configuração estrutural dos noticiários, fragmentados em editorias, o que dificulta que se tenha uma visão holística e multidisciplinar dos fatos e empobrece a cobertura. Esse tipo de postura resulta em uma cobertura simplista e reducionista da pauta ambiental, o que, de acordo com Bueno, favorece os grandes interesses, entre eles os de políticos e empresários, por exemplo, que se beneficiam da desinformação e inércia generalizada para seguir com seus projetos de ocupação e desmatamento.

Característica marcante da informação ambiental que aparece diariamente nos veículos de comunicação é a cobertura pontual, concentrada geralmente em momentos de crise (por exemplo, quando ocorrem grandes tragédias como terremotos e tsunamis). Não há espaço para análises, investigações e interpretações mais profundas, que possibilitam a apresentação de novos caminhos que possam ser seguidos.

Observa-se este tipo de cobertura principalmente na televisão, na qual há pouco tempo para a transmissão das notícias e é difícil fazer uma apuração mais demorada e uma explicação mais aprofundada dos fatos, em grande parte devido à rotina de produção da informação nestes meios. O que acabam fazendo é, muitas vezes, além da cobertura pontual e/ou catastrófica, uma abordagem exótica da natureza, que mostra apenas a beleza – e estranheza, até – de animais ou lugares e favorece a concepção de distanciamento entre homem e natureza, como partes distintas e opostas de um mesmo universo.

Além disso, há uma distorção do sentido dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade adotados pela grande imprensa, derivados da apropriação destas palavras pelo próprio sistema capitalista. Com esse equívoco, a imprensa, segundo Bueno, acaba assumindo uma visão que atende a interesses empresariais e reflete uma ideologia da sustentabilidade que não corresponde à orientação ideal. Essas falhas ocorrem, em grande parte, pelo despreparo dos próprios jornalistas, além de um comprometimento com patrocinadores e financiadores dos veículos, que muitas vezes são as próprias empresas e instituições que aparecem nos textos jornalísticos. O material publicado pela grande imprensa também comete o erro de focar as reportagens nos emergentes “negócios da sustentabilidade”, deixando de lado as questões sociais, políticas, econômicas e culturais que estão entrelaçadas nas situações de injustiça ambiental ou degradação da natureza.

Esta visão, que tende a ser hegemônica mesmo entre profissionais que atuam na imprensa ambiental, reduz o meio ambiente e sua preservação a uma instância meramente econômica, desconectada de valores e princípios sócio-culturais e políticos. (...) O conceito de desenvolvimento sustentável está contaminado, portanto, com a perspectiva econômico-financeira e é visto especialmente como um problema de gestão empresarial. Há empresários que acreditam que a sustentabilidade que interessa é aquela que garante a sobrevivência do seu próprio negócio. (Bueno, 2007, p. 20).

Para Belmonte (2004), este é um problema que distorce a função que o jornalismo ambiental deveria assumir na sociedade.

A imprensa cumpre sem problema seu papel de informar, embora costume assustar a população. Mas, diante da crise ecológica, a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social (BELMONTE, 2004, p. 35).

O que Belmonte quer dizer é que, mais do que informar as pessoas sobre as catástrofes, sobre as injustiças ambientais ou sobre os níveis de contaminação e poluição da água e do ar, a imprensa, por meio do jornalismo ambiental, deve atuar de forma engajada, contribuindo para a conscientização da sociedade. O jornalista



**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

ambiental deve, portanto, ser um militante, ser um defensor das causas ambientais e um combatente das injustiças. Este é um meio que viabiliza a função pedagógica da imprensa, já reconhecida por diversos autores, dando condições para que as pessoas participem dos debates e tomem partido das ações.

Geraque (2004) diz ainda, sobre os métodos de produção e apuração da pauta ambiental:

“Para que a mídia possa cumprir uma de suas funções dentro do jornalismo ambiental, que é a de enxergar o problema com todas as suas nuances e transversalidades, para depois exigir dos responsáveis algum tipo de solução, não basta apenas uma ou duas ligações telefônicas. Faz parte do ofício, também, mergulhar no assunto. Entrar na espiral de relações que a natureza oferece. Na teia de significações. Na história humana. No povo ribeirinho. Nos grandes empresários (GERAQUE, 2004, p. 79).

Bueno resume o que deveria ser o jornalismo especializado em meio ambiente da seguinte forma:

o jornalismo ambiental precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, deve enxergar além das aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem. Deve suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos (BUENO, 2007, p. 17)

Por isso o autor defende que o comunicador deve “repudiar a neutralidade, tomar partido” nos processos de apuração e produção das matérias. A relevância social das questões ambientais exige uma postura específica do jornalista, neste caso parcial, contrariando os preceitos básicos do jornalismo de imparcialidade, neutralidade e objetividade, participando em conjunto com as comunidades em defesa da preservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da qualidade de vida das populações (2007, p. 21).

Embora Sequeira (2005) fale sobre jornalismo investigativo, algo que não será tocado neste trabalho, a autora destaca a importância de certa “militância” por parte dos jornalistas (no caso, dos investigativos, mas a reflexão também vale para o jornalismo ambiental), já que em ambos os casos os profissionais estão tratando de temas de interesse público e que devem congrega uma opinião em comum: os crimes devem ser revelados, denunciados e punidos. O papel do jornalista é de apurar e investigar as informações que vai passar ao público, estimulando a consciência e a participação cidadã. Além disso, Sequeira também aborda a dificuldade de se produzir boas

reportagens diante da rotina de produção jornalística e do *deadline*, fatores que acabam diminuindo a qualidade do resultado final apresentado.

#### **4. Desafios**

Com o emergente e crescente debate iniciado a partir dos anos 1970, os problemas ambientais passaram a ser objeto de discussão de pelo menos três campos sociais específicos, segundo Michelotti (2008, p. 56): a ciência, o movimento ambientalista e os meios de comunicação. O jornalismo percorre um caminho de dois sentidos: ao mesmo tempo em que responde à demanda da sociedade e passa a noticiar o problema ambiental, também pauta os debates públicos sobre esses temas a partir de fatos divulgados pela imprensa.

Entretanto, há uma deficiência na execução da pauta ambiental no jornalismo no que diz respeito ao uso das fontes de informação. Como o jornalismo necessita de informações precisas para conquistar a confiança do público e credibilidade, passou a recorrer principalmente do discurso científico como argumento de autoridade para sustentar as informações e interpretações sobre, por exemplo, catástrofes ambientais ou circunstâncias de degradação ambiental. “Foi o discurso científico quem primeiro conseguiu criar uma representação dominante nos meios de comunicação da questão ambiental” (MICHELOTTI, 2008, p. 60).

Consequência disto é que os movimentos sociais e grupos de pressão por justiça e preservação ambiental precisaram apropriar-se do discurso científico para que também tivessem voz na cobertura jornalística. Tiveram que elaborar suas informações confirmadas por estatísticas e análises científicas para ganhar espaço na imprensa e conseguir determinar a agenda ambiental na mídia (EDER, 1996 apud MICHELOTTI, 2008, p. 61). Este é um fator que também contribui para a cobertura jornalística equivocada dos fatos ambientais, uma vez que se adapta à própria cobertura científica em geral, limitando-se a retratar as novas tecnologias e descobertas científicas ou a

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

revelar previsões catastróficas, talvez na intenção de incitar nas pessoas um sentimento de cuidado com a natureza para evitar tais eventos.

Este comportamento contraria justamente a sugestão de Dornelles (2008, p. 44) de usar fontes diversificadas e independentes, para além de cientistas, políticos ou especialistas de quaisquer tipos, que podem ser os representantes dos povos da floresta, agricultores familiares, pescadores, as nações indígenas, as ONGs ambientalistas, entre outros.

Outro problema enfrentado pelos veículos que se dispõem a trabalhar com o tema ambiental é a questão do financiamento.

Algumas reportagens demandam mais tempo, dinheiro, paciência, documentos, viagens, depoimentos, gravações e comparação de dados do que outras que podem ser construídas com a declaração de uma autoridade ou a publicação de um documento (SEQUEIRA, 2005, p. 65)

Sabe-se que, ainda hoje, apesar da crescente luta pela preservação ambiental e do alerta pelas consequências da degradação da natureza e do aquecimento global, a pauta ambiental ainda não conquistou grande parte do público. Pela especificidade do tema e pelos critérios exigidos no modo de apuração e produção dessas reportagens, o jornalismo ambiental necessita de tempo e dinheiro para ser produzido. Não é possível fazer uma boa cobertura de questões tão complexas apenas com telefonemas ou e-mails, muito menos com base somente em informações dadas por órgãos públicos ou especialistas. É preciso investigar a fundo as causas, consequências e desdobramentos de cada pauta, algo dispendioso, que demanda tempo e investimento no trabalho do repórter. Marcondes (2008) conclui que o desafio é saber “como financiar mídias que atuam com temas de alta relevância para a sociedade, mas de baixo apelo comercial”.

Não existe a compreensão por parte da sociedade a respeito da necessidade de informações sobre os temas tratados por essas mídias segmentadas. Portanto, é muito difícil falar de financiamento à informação em temas que não são de massa. É como a pesquisa científica avançada, por muito se acreditou que financiar ciência teórica era papel de governos e instituições de ensino. Hoje as empresas e fundações privadas já perceberam o valor desse tipo de pesquisa para a construção de novos produtos e para abrir possibilidades (MARCONDES, 2008, p. 28).

O interesse em financiar a produção de informações com temas ambientais começa a surgir, principalmente, por parte de grandes empresas e indústrias que

investem em ações de responsabilidade socioambiental, com a intenção de transmitir a tão desejada imagem de “ambientalmente correto”. O baixo nível de conhecimento e discernimento da sociedade dá margem, por exemplo, para que empresas sabidamente poluidoras ou que mantêm uma relação desarmônica com a natureza e com o ser humano consigam construir na sociedade a imagem de corporações “sustentáveis”, à contragosto dos ambientalistas. Diz ainda Marcondes (2008, p. 30) que existe “uma corrida pela imagem de sustentável, de socialmente responsável por parte de empresas e, até mesmo, de alguns governos”, por isso, essas instituições procuram financiar e patrocinar projetos ambientais, inclusive o jornalismo ambiental. O autor alerta que é preciso

ir mais longe em relação às mídias ambientais, às pautas de sustentabilidade e à relevância destas publicações. É preciso deixar claro para a sociedade, governo e a maioria das empresas que os temas meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade, desenvolvimento humano, etc, precisam de atenção especial e especializada, e, para isso, precisam de jornalistas capacitados para traduzi-los de forma mais crítica e coerente” (MARCONDES, 2008, p. 32).

O que queremos dizer é que a qualidade da informação ambiental também depende das condições em que ela é produzida, inclusive de quem a financia. A independência, assim como no jornalismo investigativo, é fundamental para que o tema seja abordado com competência. Além das questões acerca da especialização do jornalista e da capacidade de estabelecer interconexões, o profissional deve ter liberdade para apurar e denunciar crimes ambientais. Mas essa liberdade esbarra nos anunciantes de um grande jornal, por exemplo, que não podem ter a imagem manchada pelo próprio veículo no qual injetam capital.

No caso da série analisada neste trabalho, não vamos nos aprofundar na questão do financiamento para a produção das reportagens. Mas algo há que se observar: certamente que deve ter sido um processo bastante custoso, já que um profissional saiu de dentro da redação do jornal e viajou por quase seis mil quilômetros para fazer a

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

apuração, entre custos de deslocamento, hospedagem, alimentação etc. Destaque-se que o Diário do Nordeste possui uma página publicada aos domingos chamada “Gestão Ambiental”, dedicada justamente à pauta ambiental. No entanto, a série foi produzida com vínculo ao caderno Regional.

## **5. Viúvas do Veneno**

A série *Viúvas do Veneno* é apenas um dos resultados de um trabalho jornalístico do repórter Melquíades Júnior, do jornal Diário do Nordeste, no Ceará, que se iniciou há sete anos. O jornalista começou a produção de reportagens sobre a utilização indiscriminada dos agrotóxicos em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi, que é motivo de embate entre os grandes produtores e os agricultores, que lutam contra a pulverização aérea dessas substâncias, já que elas acabam alcançando casas e outros lugares no entorno das lavouras (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013).

*Viúvas* foi publicada nos dias 17, 19 e 20 de abril de 2013, no caderno Regional do jornal impresso. Apesar de não ser uma publicação especializada em meio ambiente, essa editoria reúne alguns materiais sobre o tema, principalmente matérias sobre a seca no interior do estado.

Assinada pelo repórter Melquíades Júnior, a série de reportagens fala sobre o impacto do crescimento do uso de agrotóxicos na agricultura brasileira, sobretudo na saúde dos trabalhadores que manuseiam esses produtos. A série mescla reportagens com números e informações sobre o volume de agrotóxicos utilizados atualmente, bem como sobre a quantidade de pessoas atingidas por doenças ou por morte devido ao contato com esses produtos. Autores que pensam sobre o jornalismo ambiental no Brasil, inclusive os já citados neste trabalho, concordam que essa variedade de abordagens e multiplicidade de vozes e de fontes é a maneira ideal de se fazer jornalismo ambiental. Dornelles (2008, p. 44) afirma que “espera-se que os jornalistas convoquem fontes não-especializadas para o debate”.

É assim que o repórter constrói a narrativa do problema dos agrotóxicos na série. Os textos abordam, a partir de histórias particulares de famílias que perdem algum ente, os problemas relacionados ao uso dos agrotóxicos e as mortes que podem ser causadas pelo manuseio e contato com as substâncias. São casos que ilustram o contexto atual de



29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

algumas cidades produtoras de artigos agrícolas, principalmente alimentos, nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Paraíba, por onde o jornalista percorreu quase seis mil quilômetros para investigar o assunto.

No caso cearense, uma das principais protagonistas dessa batalha contra os agrotóxicos é a cidade de Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi, onde é forte a luta dos trabalhadores contra a pulverização aérea desses produtos e as graves consequências que eles geram. Em outros trabalhos produzidos durante os sete anos em que o jornalista manteve contato com o caso o agricultor José Maria Filho foi sua fonte exclusiva entre os moradores e lideranças na Chapada do Apodi. José Maria sofria ameaças de morte por denunciar a pulverização aérea em Limoeiro do Norte, um dos maiores polos fruticultores do Nordeste. O agricultor foi finalmente assassinado em 2010.

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

**Figura 1:** Chamada da série *Viúvas do Veneno* é o destaque na capa do jornal em 17/04/13

**Fonte:** DIÁRIO DO NORDESTE, 2013.

Na abertura da série, logo na capa da primeira edição, acreditamos que a introdução ao material apresentado responde ao modelo adequado de jornalismo ambiental. O texto inicia com uma contextualização e explicação sobre os motivos que levam os grandes produtores a utilizarem os agrotóxicos em suas lavouras e enfatiza que o uso desses produtos traz prejuízos ao meio ambiente e à saúde daqueles que os manuseiam, inclusive chamando as substâncias de “veneno”, termo defendido por ambientalistas, em vez de “defensivos químicos”. A introdução apresenta o conteúdo das reportagens: elas ilustram as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos com casos reais e concretos de mortes e de perdas de trabalhadores, e não apenas com números. Dessa forma, humaniza e aproxima o problema ao leitor, que identifica a partir das histórias a dimensão do problema. As matérias relacionam tudo isso a dados oficiais e estatísticos indispensáveis sobre o uso e comercialização de agrotóxicos e de doenças e mortes registradas. A reportagem também foi até a cidade de Campinas, em São Paulo, para ouvir o outro lado da história, na voz de autoridades do agronegócio e representantes do segmento fabricante do veneno.

O próprio jornal explica, em palavras mais simples, o modo de fazer jornalístico que permeia e orienta este trabalho, reunindo vozes diversas e relacionando fatores e contextos na discussão do tema:

Nesta série contamos a história de homens e mulheres vítimas da intoxicação por agrotóxicos na atividade agrícola e o que diz a política, a economia e a ciência.



**Figura 2:** Capa da primeira edição da série mostra mortes por intoxicação com agrotóxicos

**Fonte:** DIÁRIO DO NORDESTE, 2013.

A primeira reportagem, intitulada “Brasil registra aumento de mortes por agrotóxicos”, ingressa na discussão sobre o mote da série, apresentando os primeiros dados e informações necessárias à compreensão da dimensão daquilo que será debatido no restante dos textos. A matéria mostra que o Brasil é o país onde os lucros com agrotóxicos mais crescem no mundo inteiro, sendo o maior consumidor pelo quinto ano consecutivo, e apresenta números e estatísticas sobre o crescimento do mercado e do lucro arrecadado pelos fabricantes. Em seguida, oferece dados sobre os casos de intoxicação por agrotóxicos nas principais regiões do país. Todas essas informações são baseadas em pesquisas e fontes oficiais, conferindo credibilidade à abordagem da série, que tem como cerne o alerta para os perigos do uso indiscriminado de agrotóxicos.

A segunda reportagem do primeiro fascículo da série conta uma história. Com um texto sensível, a matéria conta a vida de um casal de Limoeiro do Norte. Mais especificamente de Maria da Conceição e Valderi, que tiveram as vidas atingidas pelo veneno das lavouras. O marido de Maria da Conceição morreu por causa de uma lesão no pé, que foi se tornando mais grave e se espalhou por todo o corpo, seguida de insuportáveis dores, causada pela intoxicação com os agrotóxicos com os quais o agricultor tinha contato diariamente. Nesta peça, apenas Maria da Conceição é ouvida, o



**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

bastante para nos fazer conhecer as consequências que o veneno traz para a vida de centenas de pessoas.

Trecho da reportagem onde o jornalista explica as condições em que Valderi trabalhava:

“Valderi é escalado para o setor de aplicação de agrotóxicos. Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas e vai pulverizando. Como a produção de banana é crescente para atender à procura – o produto tem exportação certa para Estados Unidos e Europa – nem todos têm o obrigatório Equipamento de Proteção Individual (EPI). É com a roupa do corpo e de chinelo que se torna trabalhador rural no setor de “aplicação de defensivos”. Só toma banho em casa. Dos cascalhos que descem no chuveiro, o primeiro é veneno, depois o suor do dia e, enfim, está limpo” (DIÁRIO DO NORDESTE, 17 de abril de 2013, Regional, p. 3).



**Figura 3:** Reportagem sobre a história do casal Maria da Conceição e Valderi, em 17/04/13

**Fonte:** DIÁRIO DO NORDESTE, 2013

Já na reportagem seguinte, é a vez de falar sobre as “multinacionais do veneno” e os seus investimentos no mercado no Brasil. Aí já aparecem novamente os números,

estatísticas e dados diversos para contextualizar a situação desse segmento econômico. A partir daí, consolida-se o caráter de *Viúvas do Veneno*: os materiais são alternados, trazendo conteúdos diferenciados um de cada vez e construindo uma boa articulação entre matérias com caráter mais informativo e de contextualização e matérias que trazem histórias de pessoas atingidas pelo negócio dos agrotóxicos. Assim, a série consegue desenvolver a associação entre os diversos aspectos e fatores que devem ser considerados quando se fala de qualquer questão ambiental (influências políticas, econômicas, socioculturais, etc) e estabelecer as interconexões necessárias entre cada um deles. Em *Viúvas do Veneno*, por exemplo, o crescente número de mortes causadas pela intoxicação por agrotóxicos é seguido pela deficiência no atendimento e tratamento médico desses casos, dificultando o reconhecimento e registro das causas das mortes e prejudicando as pesquisas que poderiam ajudar no combate ao problema. Ao mesmo tempo, os trabalhadores continuam desprotegidos, vulneráveis ao veneno e submetidos ao modo de produção das grandes lavouras.

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**



**Figura 4:** Primeira reportagem da segunda edição da série (19/04/13) relata o aumento do número de mortes por câncer nas lavouras brasileiras, geralmente motivados pelo contato com os agrotóxicos

**Fonte:** DIÁRIO DO NORDESTE, 2013.

## 6. Considerações finais

A intenção deste trabalho foi provocar uma reflexão sobre o papel do jornalismo diante de um tema que se mostra cada dia mais importante na sociedade. Os problemas da urbanização, a degradação ambiental e as mudanças climáticas são questões de interesse público, que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas, e por isso merece destaque no debate público. Tudo isso deixou de ser assunto somente para cientistas e especialistas e passou a ser preocupação de toda a sociedade, inclusive pautando o jornalismo e sendo pautada por ele.

Para dar conta de uma abordagem aprofundada dos temas ambientais, o jornalismo deve se adaptar às exigências que o assunto impõe ao modo de produção das

notícias: ao mesmo tempo em que requer especialização do jornalista, demanda visão holística e conhecimento transversal e multidisciplinar, já que os problemas ambientais atravessam causas e consequências diversas. Esses critérios são abordados por alguns autores, principalmente por Bueno (2007) que sublinha a importância de que o jornalista ambiental seja ligado a estas questões, atuando como um verdadeiro militante da causa e abandonando tradicionais conceitos do jornalismo de imparcialidade e neutralidade. Isso deve acontecer pelo fato de que os temas ambientais são de interesse público e, portanto, necessitam de posicionamento – no geral, essa postura deve ser de proteção à natureza, tendo em vista que a qualidade de vida é um desejo de todos e depende da preservação de espaços verdes e bens naturais. Ademais, o jornalismo ambiental ainda enfrenta dificuldades no que diz respeito à rotina e ao modelo de produção jornalística – que prejudica a qualidade da informação produzida – e ao financiamento das publicações.

O exemplo da série *Viúvas do Veneno*, exposta neste artigo, ilustra uma publicação de qualidade no âmbito do jornalismo ambiental. O repórter responsável pelos textos fez um excelente trabalho de contextualização e representação de vozes e de discursos diversos, abarcando os aspectos necessários para isso: apresentação de causas, consequências e desdobramentos influenciados por inúmeros fatores, sejam sociais, econômicos ou políticos. Produções deste tipo colaboram para o desenvolvimento da qualidade do jornalismo ambiental no Brasil e, consequentemente, para a abertura de novos espaços para o tema, e quem sabe até para o surgimento de novas publicações especializadas.

### Referências bibliográficas

BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio (org). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. pp. 16-48.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara, 2007.

**II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**  
**V Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental – CBJA**  
**16 a 19 de outubro de 2013 - Brasília – DF**  
**Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental – RBJA**

DIÁRIO DO NORDESTE, 17 de abril de 2013, Regional, p. 01-05.

\_\_\_\_\_. 19 de abril de 2013, Regional, p. 01-05.

\_\_\_\_\_. 20 de abril de 2013, Regional, p. 01-05.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e no ambiental. In: GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T. (org). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. pp. 43-55

GERAQUE, Eduardo. Perceber a biodiversidade: jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. In: VILAS BOAS, Sergio (org). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004. pp. 79-110.

MICHELOTTI, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. In: GIRARDI, I. M. T.; SCHWAAB, R. T. (org). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. pp. 56-65.

REIS, Heloiza Beatriz Cruz. **Os impactos da globalização sobre o meio ambiente: uma introdução à análise da Comunicação Social**. Revista Contemporânea, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 4, p. 169-180, 2005. Disponível em: <  
[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_04/contemporanea\\_n04\\_15\\_HeloizaBeatriz.p](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_15_HeloizaBeatriz.pdf)  
[df](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_15_HeloizaBeatriz.pdf)>. Data de acesso: 13/04/2012.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.